



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL**

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE,
REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019.**

Nº. 5/2019

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: David Manuel Pego Merritt Marques, na sua qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Paulo Jorge Maria do Nascimento, em substituição, ao abrigo do disposto do nº.1 do artigo 78º. da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Sr. Vereador Francisco José Caldeira Duarte, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Faltou o Sr. Presidente da Câmara, por se encontrar a usufruir de um período de férias.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Vice-Presidente, declarada aberta a reunião pelas 10,30 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informou o Sr. Vice-Presidente da Câmara como decorreu a participação da delegação, deste concelho, na Semana Cultural da Casa do Alentejo, em Toronto, no Canadá, ocorrida entre os dias 15 e 21 de Fevereiro, referindo que a mesma foi constituída por 11 pessoas, composta por representantes desta Câmara Municipal, da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, da Associação de Agricultores do Campo Branco, do Agrupamento de Produtores de Carnes do Campo Branco, da Herdade das Fontes Bárbaras – Enoturismo, e do Grupo Moços D'Uma Cana.

Relembrou que esta participação foi em resposta ao convite formulado pela referida Casa do Alentejo e que, na sequência das participações anteriores, o Município de Castro Verde organizou uma participação que destacou, para além da criação e dinâmica cultural, a vertente económica que procurou promover naquele mercado externo os produtos e o território, com realce para o vinho e para o carne de borrego do Campo Branco.

Adiantou que numa iniciativa organizada em parceria com a delegação do Município de Aljustrel, foram realizadas mostras de provas de produtos que contaram com a presença, nomeadamente, do Cônsul de Portugal em Toronto, do Delegado da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) e de diversos empresários e importadores que atuam no mercado canadiano.

Informou que, em paralelo, foram reforçados os laços culturais e de identidade com a comunidade de alentejanos e de outros portugueses residentes em Toronto, e em que os Moços D' Uma Cana levaram o cante e a viola campaniça ao encontro de todos os que participaram nesta semana cultural.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Vice - Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Paulo Nascimento por não ter estado presente na mesma reunião.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.- Proposta de normas de funcionamento do Orçamento Participativo:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vice-Presidente:

"Considerando que, o Orçamento Participativo se consubstancia num mecanismo que visa, no essencial, tornar o processo democrático mais próximo dos cidadãos;

Considerando que, esta medida confere aos cidadãos a possibilidade de decidirem o destino de uma parte das verbas inscritas nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal;

Considerando que, esta medida está preconizada nos compromissos eleitorais sufragados para implementar no atual mandato;

Junto as normas de funcionamento do Orçamento Participativo de Castro Verde para apreciação e votação deste Órgão."

Colocado o assunto à consideração dos Srs. Vereadores, o "Vereador Paulo Nascimento usou da palavra e referiu que recorrer ao orçamento participativo para potenciar a participação dos cidadãos na vida democrática é uma opção, pelo que a sua abstenção se prende com o facto de não concordar como o processo de regulamentação do mesmo está a ser feito, uma vez que o documento apresentado como "*Orçamento Participativo - Normas de Funcionamento*", na sua análise é um regulamento, pelo que deveria ser apresentado como tal, pois se assim fosse, seria colocado à discussão pública e aprovado pela Assembleia Municipal. Facto que ganha relevância se atendermos à natureza técnica do objeto que pretende reger, e por outro lado, seria colocar os cidadãos a participar logo no início do processo, isto é, na definição das regras que operacionalizam o próprio Orçamento Participativo, bem como a envolver a própria Assembleia Municipal nessa discussão, uma vez que no ponto 4, do artigo 10º, da proposta de documento, a Comissão Técnica, a nomear pelo Sr. Presidente da Câmara, incluirá 2 Deputados Municipais indicados pela Assembleia Municipal. Na sua opinião a intenção de reforçar a participação dos cidadãos está ferida nos primeiros passos do processo".

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Paulo Nascimento e António João Colaço, com a justificação acima referida, aprovar as normas de

funcionamento do Orçamento Participativo, constantes no documento anexo à presente data, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

2 - Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído:

Deliberou a Câmara por unanimidade e nominalmente ratificar a emissão das licenças especiais de ruído concedidas pelo Sr. Presidente a Mariana Raposo Guerreiro, em representação da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde, para a realização de festa com DJ no Salão dos Bombeiros Voluntários de Castro Verde, das 22 horas do dia 16 até às 4 horas do dia 17 de Fevereiro corrente, e a João Bernardo Vaz Ramos Camacho, em representação Tapas e Castas da Villa – Cozinha Tradicional Ld.ª, para a realização de bailes no Pátio da Vila, sito na Rua Morais Sarmiento nº.69, em Castro Verde, no período de 23 de Fevereiro a 23 de Março, das 22,30 às 4 horas, em cada dia que pretenda realizar o evento.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA

Obras e loteamentos municipais

- **Plano de Segurança e Saúde da empreitada de iluminação nova do campo de futebol sintético do Estádio Municipal 25 de Abril:**

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente o Plano de Segurança e Saúde para execução da empreitada de iluminação nova do campo de futebol sintético do Estádio Municipal 25 de Abril, em Castro Verde.

Obras Particulares/ Outros:

1.- Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara a aprovou por unanimidade e nominalmente os projetos das especialidades para efeitos de deliberação final sobre os seguinte processos de obras:

- de Herdade do Deserto – Sociedade Agrícola SA, para reconstrução e ampliação de prédio na Herdade do Deserto Velho, na freguesia de São Marcos da Ataboeira.
- de David Miguel Costa Vitoriano, para alteração/construção de habitação na Travessa da Feira, nº.6, em Castro Verde.
- de Carlos Frederico Dória Soares Matos, para construção de habitação na Rua das Papoilas, lote 2, em Castro Verde.
- de Hugo Miguel Santos Guerreiro Pedro, para construção de habitação na Rua Eugénio de Andrade, lote 18, em Castro Verde.

Apreciou igualmente e aprovou para o mesmo fim os projetos de arquitetura e das especialidades apresentados por Maria Cândida Aniceto Gamacho, para a legalização da construção de uma habitação na Rua dos Caçadores nº.2, em Santa Bárbara de Padrões.

2.- Comunicação prévia nos termos do artigo 4, nº. 4, do D.L.555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas:

Tomou a Câmara conhecimento da comunicação prévia apresentada por Francisco Figueira Ramos, nos termos do artigo 4, nº. 4, do D.L.555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo

Decreto-Lei nº. 26/2010, de 30 de Março, para construção de edifício, destinado à instalação de clínica dentária, na Rua do Centenário da República, lote 51, em Castro Verde.

3.- Auto de vistoria para efeitos de avaliação do nível de conservação de edifício, nos termos do disposto no art.º 1º do Decreto-Lei nº.266-B/2012, de 31 de dezembro:

Apreciou a Câmara o pedido de vistoria, requerido por Francisco José Cascalheira Alves, para efeitos de determinação do nível de conservação do imóvel, localizado na ARU de Castro Verde, no Largo Vitor Guerreiro Prazeres nº.7, em Castro Verde.

Apreciou, igualmente, o auto da vistoria efetuada ao referido imóvel, pelo Gabinete de Gestão Urbanística, nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº.266-B/2012, de 31 de dezembro, para os efeitos previstos em matéria de reabilitação urbana e de conservação do edificado, como forma de determinar o nível de conservação do referido imóvel, e que confirma que o mesmo apresenta um índice de anomalias de 5,00, de acordo com a tabela constante no nº.3 do artigo 6º da Portaria nº. 1192-B/2006, conjugado com o artigo 5º do Decreto-Lei nº.266-B/2012, de 31 de dezembro, o que corresponde a um nível de conservação=5, a que equivale a um estado de conservação = Excelente

A Câmara, deliberou, por unanimidade e nominalmente, homologar o auto da vistoria efetuada para efeitos de avaliação do nível de conservação do prédio acima referido, localizado na ARU de Castro Verde, o que corresponde a um nível de conservação=5, a que equivale a estado de conservação = Excelente, do mesmo imóvel.

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

1.- Projeto orientador e regulador da realização dos “Jogos Concelhios 2019”:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vice-Presidente:

“Considerando que os “Jogos Concelhios” são uma importante e relevante manifestação de desporto popular que decorre em todo o concelho durante os meses de Março a Junho;

Considerando que, a abrangência das modalidades desportivas e do público participante contribui para a melhoria da saúde, da integração social e das condições de vida dos munícipes;

Considerando que, os “Jogos” proporcionam igualmente momentos de animação, experimentação, exibição e de ocupação dos tempos livres;

Considerando que, este projeto, sendo organizado pela Câmara Municipal, resulta, igualmente, numa estreita colaboração com as juntas de freguesia, estabelecimentos de ensino e movimento associativo;

Junto se apresenta e submete à apreciação e votação, o projeto orientador e regulador da realização dos “Jogos Concelhios 2019”, cuja visão procura complementar a oferta de atividades ditas “desportivas” de âmbito formal, e, estimular a utilização e incutir dinâmicas na população do concelho.”

Apreciado o assunto, o Sr. Vereador Paulo Nascimento manifestou a sua congratulação com a continuação desta iniciativa, iniciada há vários anos, tendo em conta os objetivos da mesma,

conforme é referido nos considerandos da proposta que a enquadra, e submetido a votação deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar o projeto orientador da realização dos "Jogos Concelhios 2019", cujo documento se anexa à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

2. - Plano de Coordenação "Entrudanças 2019":

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente, o Plano de Coordenação do evento "Entrudanças 2019", elaborado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, cujo documento se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

1.- Designação de representante do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Castro Verde:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta formulada pelo Sr. Presidente da Câmara:

"Considerando que nos termos do nº.4 do art.º 14º do Decreto-Lei nº.75/2008, de 22 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 137/2012, de 2 de Julho, os representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Castro Verde são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas Juntas de Freguesia;

Considerando que ocorreu o falecimento de Filipe Manuel Patrício Mestre, membro daquele Conselho Geral designado pelo Município de Castro Verde para o quadriénio 2017/2021, impõe-se a indicação de um substituto para aquele Órgão;

Face ao exposto, proponho a este Órgão, que ao abrigo do disposto no mencionado mº.4 do art.º 14º do Decreto-Lei nº.75/2008, de 22 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas, seja designado representante do Município, em substituição de Filipe Manuel Patrício Mestre, o cidadão Diogo Gomes Pereira."

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta formulada pelo Sr. Presidente, designando o cidadão Diogo Gomes Pereira, representante do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Castro Verde, em substituição do Sr. Filipe Manuel Patrício Mestre.

2.- Concessão e renovação de cartões sociais:

De acordo com a informação nº.185 e respetiva documentação apresentada pelo Gabinete de Ação Social, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: João Manuel Espadilhas Martins, residente em Entradas; João Paulos da Luz e Maria Rosa Rodrigues, residentes em Castro Verde, todos no escalão A; a Maria Amália Carneirinho Pratas e a Maria Augusta Cardoso, residentes em Castro Verde, no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: Maria Clara de Almeida Rodrigues, residente em Castro Verde; Romeu Vargas Galamba, residente em São Marcos da Ataboeira; Sebastião Fragoso da Silva, residente em Entradas; e de Mariana Carolina Anica, residente em Santa Bárbara de Padrões,

todos no escalão A; de Donzelina Belchior Irineó, residente em Casével, e de Maria da Piedade Silva Gil, residente em Entradas, ambas no escalão B.

- Indeferir o pedido requerido por Maria Vaz Ramos, residente em Castro Verde, em virtude do seu rendimento per capita exceder o previsto no respetivo regulamento.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade, pela Câmara Municipal para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,10 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.



Pde Rubel Santos

Fernando Colaço Sebastião